



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1868100 - SP (2020/0069415-4)

RELATOR	: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE	: ALCIDES PICHELI
RECORRENTE	: ANA DA PENHA ASTOLPHO
RECORRENTE	: ANA DE OLIVEIRA RIBEIRO
RECORRENTE	: ANTONIO SALVADOR DE SOUSA MOURÃO
RECORRENTE	: APARECIDA DE LOURDES SILVA CAMARGO
RECORRENTE	: APARECIDO DONIZETE DA SILVA
RECORRENTE	: APARECIDO SANTANA DOS REIS
RECORRENTE	: ARACY RODRIGUES PAVELQUEIRES
RECORRENTE	: AURORA DE JESUS CAMARGO OLIVEIRA
RECORRENTE	: AUTA NOGUEIRA NUNES DOS SANTOS
RECORRENTE	: BENEDICTA GONCALVES MARCELAO
RECORRENTE	: BENEDICTO ANTUNES
RECORRENTE	: CLARICE DA TRINDADE SCAPIN
RECORRENTE	: CLAUDIO EUGENIO PINTO
RECORRENTE	: CLEUSA APARECIDA MACHADO LEME
RECORRENTE	: CONCEIÇÃO APARECIDA ZAGO BARREIRA
RECORRENTE	: CRISTIANE DE ABREU SILVA
RECORRENTE	: DERALDINO DOS SANTOS
RECORRENTE	: DINÁ SANTOS MALOSTI
RECORRENTE	: DOMINGOS GALDI
RECORRENTE	: DORITA LOPES COELHO
RECORRENTE	: EDWIRGES EVANGELISTA DO AMARAL DA SILVA
RECORRENTE	: ELENICE NUNES DA SILVA FILHA
RECORRENTE	: ELISABETE APARECIDA MOURA
RECORRENTE	: ELVIRA DIAS DE CAMARGO
ADVOGADOS	: JOCELITO CUSTÓDIO ZANELI - SP285419 CARLOS ALBERTO GOMES - SP150888
RECORRIDO	: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADORES	: CARLA PAIVA - SP289501 FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444
AGRAVANTE	: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADORES	: CARLA PAIVA - SP289501 FERNANDA BUENDIA DAMASCENO PAIVA - SP327444
AGRAVADO	: ALCIDES PICHELI
AGRAVADO	: ANA DA PENHA ASTOLPHO
AGRAVADO	: ANA DE OLIVEIRA RIBEIRO
AGRAVADO	: ANTONIO SALVADOR DE SOUSA MOURÃO
AGRAVADO	: APARECIDA DE LOURDES SILVA CAMARGO
AGRAVADO	: APARECIDO DONIZETE DA SILVA
AGRAVADO	: APARECIDO SANTANA DOS REIS
AGRAVADO	: ARACY RODRIGUES PAVELQUEIRES
AGRAVADO	: AURORA DE JESUS CAMARGO OLIVEIRA

AGRAVADO : AUTA NOGUEIRA NUNES DOS SANTOS
AGRAVADO : BENEDICTA GONCALVES MARCELAO
AGRAVADO : BENEDICTO ANTUNES
AGRAVADO : CLARICE DA TRINDADE SCAPIN
AGRAVADO : CLAUDIO EUGENIO PINTO
AGRAVADO : CLEUSA APARECIDA MACHADO LEME
AGRAVADO : CONCEIÇÃO APARECIDA ZAGO BARREIRA
AGRAVADO : CRISTIANE DE ABREU SILVA
AGRAVADO : DERALDINO DOS SANTOS
AGRAVADO : DINÁ SANTOS MALOSTI
AGRAVADO : DOMINGOS GALDI
AGRAVADO : DORITA LOPES COELHO
AGRAVADO : EDWIRGES EVANGELISTA DO AMARAL DA SILVA
AGRAVADO : ELENICE NUNES DA SILVA FILHA
AGRAVADO : ELISABETE APARECIDA MOURA
AGRAVADO : ELVIRA DIAS DE CAMARGO
ADVOGADOS : JOCELITO CUSTÓDIO ZANELI - SP285419
CARLOS ALBERTO GOMES - SP150888

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. REVISÃO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV em face de decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - AV. BRIGADEIRO, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

Apelação e Reexame Necessário. Ação Condenatória. Policiais Militares inativos. Adicional de Local de Exercício. Pretensão de percepção de valores concernentes a direito reconhecido em sede de mandado de segurança coletivo. Quinquênio anterior à impetração do mandamus registrado sob nº 0029622-82.2011.8.26.0053 pela AIPOMESP. Alegações preliminares de inépcia da inicial e falta de interesse de agir afastadas. Prescrição afastada. Preliminar de ilegitimidade ativa ad causam da AIPOMESP afastada. Legitimação extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo que não exige autorização expressa dos associados e beneficia toda a categoria. Precedentes do SEL. Autores que comprovam a qualidade de associados da AIPOMESP. Cobrança de verbas salariais anteriores à impetração do writ. Possibilidade. Súmula 271 do STF. Juros de mora devidos a partir da citação na ação de cobrança. Índice de correção monetária e juros moratórios de acordo com os critérios delineados no Tema 810. Fixação de honorários advocatícios. Recursos improvidos e reexame necessário parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial, a recorrente sustenta violação do art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997, pois não é possível estender os efeitos da sentença aos associados que se vincularam à associação após a efetiva impetração do mandado de segurança coletivo.

Apresentadas contrarrazões.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o

acórdão a quo segue jurisprudência do STJ e de que o provimento do especial depende de exame do conjunto fático-probatório dos autos.

Nas razões do agravo, o recorrente alega que o recurso especial atende seus pressupostos e defende a inaplicabilidade dos fundamentos utilizados pela decisão recorrida.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Quanto à possibilidade de estender os efeitos do mandado de segurança coletivo para toda categoria, independentemente do momento em que o servidor se tornou filiado à associação, observa-se que o acórdão a quo possui fundamentação constitucional.

Ora, não cabe ao STJ analisar os fundamentos constitucionais do acórdão a quo no âmbito do recurso especial. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES DISSOCIADAS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 284/STF. ALCANCE DO VALOR DO ICMS A SER EXCLUÍDO DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. ACÓRDÃO LASTREADO EM MOTIVAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL.

1. Aplica-se, por analogia, a Súmula 284/STF quando os fundamentos do agravo interno se mostram dissociados dos alicerces esposados na decisão agravada.

2. Inviável o conhecimento do recurso especial pelo STJ, na medida em que a Corte local decidiu a causa com lastro em motivação eminentemente constitucional, louvando-se, para tanto, na ratio externada pela Suprema Corte no âmbito de recurso extraordinário julgado sob o regime da repercussão geral, a saber, RE 574.706 (Tema 69 - Rel. Ministra Cármen Lúcia, Pleno, DJU 02/12/2017).

3. Agravo interno parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

(AgInt no AREsp 1508068/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2020, DJe 11/03/2020)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1º DA LEI 12.016/2009. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EM LEI LOCAL. REVISÃO.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA, NO MÉRITO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

IV. Ainda que assim não fosse, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia, acerca da inexigibilidade da cobrança da cota patronal da contribuição previdenciária durante o gozo de licença para tratar de interesses particulares, sob o enfoque eminentemente constitucional, o que torna inviável a análise da questão, no mérito, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 584.240/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/12/2014;

AgRg no REsp 1.473.025/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/12/2014).

V. Agravo interno improvido.
(AgInt no AREsp 1549119/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES,
SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 02/03/2020)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator